



**PARECER LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_\_/2025**

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, em decisão terminativa, ao Projeto de Lei Ordinária nº 79/2025-PMS que **DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA CARGOS DO GRUPO DE ATIVIDADES DE NÍVEL FUNDAMENTAL NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SANTANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.**

**I – DO RELATÓRIO**

Foi encaminhado a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para emissão de Parecer Legislativo do Projeto de Lei Ordinária nº 79/2025-PMS, de autoria do Executivo Municipal, dispõe sobre a criação do auxílio alimentação para cargos do grupo de atividades de nível fundamental no âmbito do poder executivo do Município de Santana, e dá outras providência.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico nos termos do art. 134, § 1º do Regimento Interno desta Casa Legislativa acompanhada com justificativa.

Dessa forma, compete a este relator, em atendimento ao inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete especificamente à Comissão de Constituição, Justiça e Redação aspectos constitucional, legal, jurídico, da técnica legislativa e de conformidade à Lei Orgânica das matérias sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, vedada a tramitação da matéria sem seu parecer, salvo os casos previstos neste Regimento.

É o breve relatório.



## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Ordinária nº 79/2025-PMS, encontra amparo regimental para sua apreciação pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Examina-se o Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal que "dispõe sobre a criação do Auxílio-Alimentação para cargos do grupo de atividades de nível fundamental no âmbito do Poder Executivo do Município de Santana, e dá outras providências".

O encaminhamento deu-se por Mensagem nº 40/2025, subscrita pelo Prefeito Municipal, fundamentada no artigo 48, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Santana, combinado com o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, que conferem ao Município competência para "legislar sobre assuntos de interesse local" e "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo a estruturação e o regime jurídico dos servidores públicos municipais".

" Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

O projeto tem por objeto a criação de um auxílio de natureza indenizatória, devido aos servidores efetivos, civis e ativos do grupo de atividades de nível fundamental, regidos pela Lei Complementar nº 047/2024, prevendo percentuais escalonados de 7,5% (a partir de 1º de maio de 2025) e mais 7,5% (a partir de 1º de agosto de 2025) sobre o vencimento básico. O benefício destina-se a cargos operacionais essenciais, como auxiliares de manutenção, auxiliares de serviços gerais, cozinheiros, motoristas e operadores de máquinas, buscando valorizar as funções de apoio fundamentais ao funcionamento da Administração Pública.

Sob o aspecto da constitucionalidade formal, a proposição é regular quanto à iniciativa e à competência. O tema insere-se na seara do regime jurídico e das vantagens funcionais dos servidores do Poder Executivo, de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, consoante o artigo 61, §1º, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, aplicado subsidiariamente no âmbito municipal, e também o





ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
GABINETE DO VEREADOR LIGEIRINHO - DOMINGOS FARIAS

artigo 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Santana, que reproduz o princípio da simetria constitucional. Assim, não se identifica vício de iniciativa nem afronta ao princípio da separação dos poderes, previsto no artigo 2º da Constituição Federal.

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Quanto à constitucionalidade material, verifica-se que o auxílio criado possui expressamente caráter indenizatório, o que afasta qualquer incorporação à remuneração ou repercussão sobre proventos, em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. O benefício não configura aumento de vencimentos, mas compensação por despesa alimentar, sendo compatível com o artigo 37, caput, da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
GABINETE DO VEREADOR LIGEIRINHO - DOMINGOS FARIAS

A vedação de cumulação com outros auxílios de mesma natureza, constante do artigo 4º do projeto, reforça o princípio da moralidade e da economicidade, prevenindo duplicidades remuneratórias. As hipóteses de perda do benefício, descritas no artigo 3º (faltas injustificadas, cessão a outro Poder, licenças específicas), encontram amparo na razoabilidade administrativa e no princípio da proporcionalidade, não configurando sanção, mas condição de fato para a percepção da vantagem, conforme a orientação do artigo 39, §3º, da Constituição Federal, que autoriza o legislador local a disciplinar vantagens funcionais observados os princípios gerais.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, a proposição veio acompanhada do Estudo de Impacto Financeiro elaborado pela Secretaria Municipal de Administração (SEMAD) e do Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento (SEMPLA), bem como das declarações do ordenador de despesa, em plena observância à Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O projeto cumpre, portanto, os requisitos dos artigos 15, 16 e 17 da LRF, que exigem:

"A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como a declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias".

Os estudos apresentados atestam que o impacto total representa cerca de 0,04% da Receita Corrente Líquida, o que demonstra sua viabilidade dentro dos limites legais. Tal compatibilidade cumpre, ainda, o disposto no artigo 72 da Lei Orgânica do Município, que exige demonstração do impacto e da origem dos recursos sempre que a proposição acarrete aumento de despesa. Assim, verifica-se que o projeto foi instruído adequadamente, não havendo indícios de ofensa ao equilíbrio orçamentário nem ao artigo 169 da Constituição Federal, que condiciona o





ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
GABINETE DO VEREADOR LIGEIRINHO - DOMINGOS FARIAS

aumento de despesa de pessoal à prévia dotação orçamentária suficiente e à observância dos limites da LRF.

Desse modo, ante todo o exposto, manifestamo-nos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária nº 79/2025-PMS, quanto à viabilidade técnica do Projeto de Lei em análise, todavia, faz-se necessária a análise quanto aos aspectos financeiro e orçamentário mais detalhado pelo qual opina-se pelo encaminhamento dos autos à Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle para apreciação.

É o parecer.

Por fim, cabe ressaltar que se trata de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico opinativo.

### III – VOTOS DA COMISSÃO

#### VOTOS PELA APROVAÇÃO

VEREADOR JOSINEY ALVES – PDT  
PRESIDENTE

VEREADOR LIGEIRINHO – PL  
RELATOR

VEREADORA ITHIARA MADUREIRA – SOLIDARIEDADE  
MEMBRO

#### VOTOS PELA REJEIÇÃO

VEREADOR JOSINEY ALVES – PDT  
PRESIDENTE



ESTADO DO AMAPÁ  
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA  
GABINETE DO VEREADOR LIGEIRINHO - DOMINGOS FARIAS

**VEREADOR LIGEIRINHO – PL**  
**RELATOR**

**VEREADORA ITIARA MADUREIRA – SOLIDARIEDADE**  
**MEMBRO**

#### **IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, em reunião  
OPINA pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 79/2025-PMS na  
Integralidade.

Santana-AP, 29 de Outubro de 2025.